

**Dados são de pesquisa do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar**

Um estudo encomendado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) e realizado pela Orizon mostrou que o custo da obesidade grave e mórbida no sistema de saúde suplementar do Brasil representa, por beneficiário, R\$ 2.750 por mês, o que somado ao ano resulta em R\$ 33 mil. Segundo os dados da pesquisa apresentada no seminário Obesidade no Brasil: Impactos sociais e econômicos e como vencer essa pandemia, 22% dos sinistros que abrangem os anos entre 2015 e 2021, estão relacionados a consequências diretas com a doença e representaram um gasto de R\$ 4,8 bilhões.

De acordo com os dados, na capital paulista a redução do número de obesos mórbidos em 50% levaria a economia em sinistros de aproximadamente R\$ 96 milhões em 5 anos. O estudo mostra ainda que, embora doenças graves como cânceres e doenças cardiovasculares crônicas tenham tratamentos de longo prazo caros, o diabetes tipo 2 é a doença que mais custa para o sistema entre as comorbidades que podem ser prevenidas com a obesidade.

De acordo com o estudo, a realização de cirurgia bariátrica não é eficaz para intervir, a médio e longo prazo, nos custos de beneficiários no sistema de saúde suplementar e por isso não deve ser considerada como a única forma de combate a obesidade dentro do sistema.

O estudo avaliou os dados de faturamento de 9 milhões de beneficiários, o que corresponde a 19% dos vínculos da saúde suplementar. Foram estudados pouco mais de 80 mil beneficiários portadores da doença entre junho de 2015 a junho de 2021.

Segundo o estudo, os beneficiários com obesidade grave ou mórbida são 0,84% do total, ou seja, 84 em cada 10 mil. Entre os estudados, 60% dos gastos das operadoras são com o público feminino e 32% com o masculino.

**Futuro**

Outro estudo apresentado no seminário, intitulado Cenários para o futuro: como o aumento da prevalência da obesidade entre beneficiários pode impactar a sustentabilidade da saúde suplementar, revelou que em um cenário com ausência de intervenção sobre a taxa de obesidade, esse índice passaria de 26,8% em 2019 para 46,04% em 2030. Com isso, a despesa assistencial por beneficiário chegaria a R\$ 3.131,37 (crescimento de 47,4%) e o percentual da despesa associado à obesidade atingiria 55,47% em 2030.

Se houvesse uma política de combate à obesidade exitosa, reduzindo o problema pela metade, a despesa assistencial por beneficiário seria de R\$ 1.463,11, o que corresponde a uma redução de 31,1% e a parcela associada à obesidade seria de 5% em 2030. “Os resultados apontam a importância de ações de promoção e prevenção efetivas no setor de saúde suplementar com foco na obesidade para a sustentabilidade a longo prazo do setor”, conclui o estudo.

De acordo com as estimativas, em um cenário de ausência de intervenção sobre a taxa de obesidade, a projeção é de aumento da prevalência da obesidade, o que levaria a uma despesa de R\$ 3.131,37 por beneficiário, com percentual da despesa associado de 55,47%, em 2030. Em um cenário em que houvessem ações de combate à obesidade com redução de sua prevalência pela metade os valores ficariam em R\$ 1.463,11, com parcela associada à obesidade de menos de 5% em 2030, como consequência.

“Esse exercício permite ter uma ideia de como uma ação bem aplicada poderia impactar de forma relevante as despesas assistenciais. Embora exista uma gama de intervenções consideradas eficazes para gestão e prevenção da obesidade, sua oferta em larga escala ainda representa um desafio para os sistemas de saúde. Tais estratégias preventivas em larga escala demandam financiamento e superação de barreiras como infraestrutura médica limitada, fatores socioculturais,

prioridades de saúde concorrentes”, destacou o estudo.

“Sabemos que é muito difícil conseguir redução da prevalência da obesidade, ainda mais nesse ritmo. O propósito dos estudos foi o de mostrar os impactos dessa tendência de aumento da prevalência da obesidade, que levou o Fórum de Davos a equipará-la a uma pandemia mundial. Esses números podem e devem ser aperfeiçoados e deve ser objeto de intensos debates. Mesmo que contenham certa imprecisão, são suficientemente significativos para recomendar ação e políticas que visem a contenção e mesmo redução dessa escalada da obesidade”, disse o superintendente executivo do IESS, José Cechin.

O Ministério da Saúde foi procurado para comentar os dados, mas não respondeu.

**Fonte:** Agência Brasil, em 22.06.2022